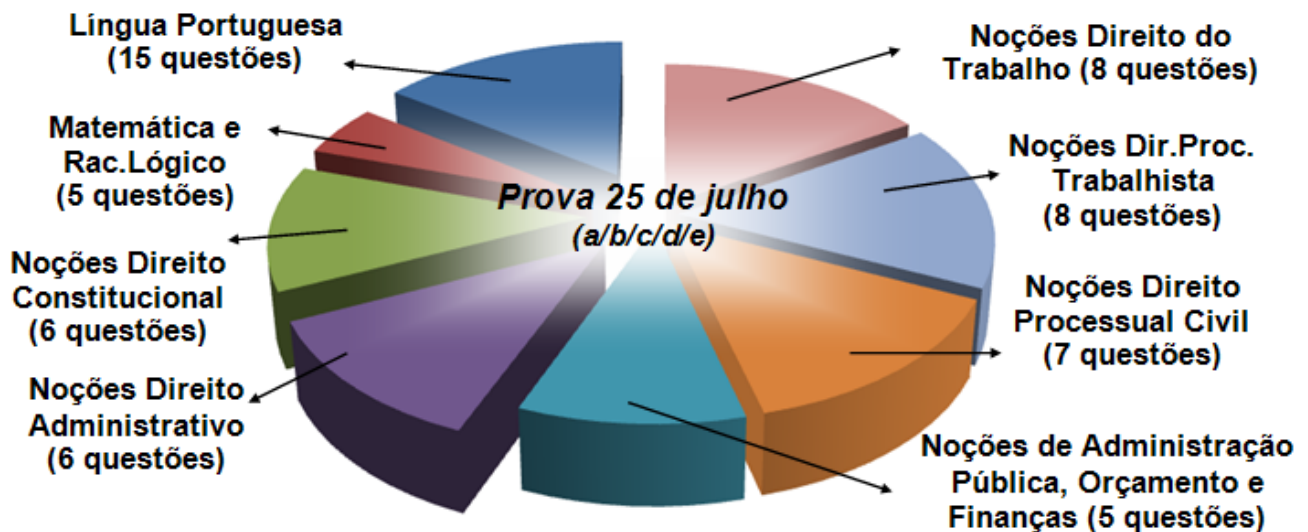


SIMULADO TRT 2010

com RESPOSTAS COMENTADAS



ESTRUTURA DA PROVA OFICIAL E DESTE SIMULADO



Outras informações:

Houve 85.641 candidatos inscritos para o concurso TRT-Paraná, que além de 127 vagas iniciais oferece cadastro de reserva de aprovados.

Você pode consultar a quantidade de inscritos por cargo no *site* do Curso Sólón.

Para conhecer seu local de prova, consulte e imprima o quanto antes o cartão informativo a partir do *site* da organizadora FCC ou do *site* do Curso Sólón.

A prova oficial será aplicada para os cargos de nível superior na manhã do domingo de 25 de julho (portões abertos das 07h30 às 08h00). Os candidatos a cargos de nível médio devem apresentar-se à tarde (entre 14h00 e 14h30).

Leve documento oficial de identificação e caneta TINTA PRETA.



Curso Sólón Concursos

www.CursoSolon.com.br

Aulas & Apostilas

ATENÇÃO: Para assegurar que este simulado esteja no nível da prova do concurso oficial, algumas questões a seguir foram adaptadas de provas anteriores aplicadas pela FCC, a mesma organizadora do atual concurso TRT do Paraná.

DISCIPLINAS DE PESO 1

LÍNGUA PORTUGUESA:

Professoras Cidinha, Eliane e Cláudia

Texto para as questões de 01 a 05

1 A ameaça de uma bomba atômica está mais vi-
2 va do que nunca.
3 Os conflitos étnicos mataram quase 200 chine-
4 ses só no mês de julho. Agora uma boa notícia: a
5 paz mundial pode estar a caminho.
6 Segundo estimativas de pesquisadores, o mun-
7 do está bem menos sangrento do que já foi. Cerca
8 de 250 mil pessoas morrem por ano em consequên-
9 cia de algum conflito armado. É bem menos do que
10 no século 20, que teve 800 mil mortes anuais em
11 sua 2ª metade e 3,8 milhões por ano até 1950.
12 O que aconteceu? O psicólogo Steven Pinker
13 diz que o aumento do número de democracias ajudo-
14 u. Assim como a nossa saúde: como a expectativa
15 de vida subiu, temos mais medo de arriscar o
16 pescoço. Até a globalização teria contribuído: um
17 mundo mais integrado é um mundo mais tolerante,
18 diz Pinker.

(Revista **Superinteressante**)

01) É correto afirmar que o objetivo principal do texto é:

- (A) Apresentar dados numéricos a respeito do aumento da violência no mundo contemporâneo.
- (B) Demonstrar as causas de mortes violentas a partir do início do século 20 e discutir as reais possibilidades de se resolver um problema que parecia não ter solução.
- (C) Suscitar discussões a respeito do aumento da expectativa de vida após o início das democracias.
- (D) Alertar a respeito do possível fim da paz mundial, considerando a iminente ameaça de bomba atômica.
- (E) Refletir acerca da diminuição da violência no mundo, considerando tanto dados do passado, como alterações no modo de vida contemporâneo.

02) Os dois pontos utilizados nas linhas 14 e 16 podem ser substituídos, sem prejuízo do sentido original do texto, por:

- (A) “portanto” (linha 14) e “porém” (linha 16).
- (B) “pois” (linha 14) e “uma vez que” (linha 16).
- (C) “logo” (linha 14) e “conquanto” (linha 16).
- (D) “embora” (linha 14) e “não obstante” (linha 16).
- (E) “porém” (linha 14) e “porque” (linha 16).

03) Assinale a alternativa correta.

- (A) A relação semântica entre os dois primeiros períodos do texto (linhas de 01 a 04) estabelece ideia de contradição.
- (B) A expressão *arriscar o pescoço* (linhas 15 e 16) indicia o tom formal adotado pelo produtor do texto.
- (C) Até (linha 16) é partícula que expressa limite temporal posterior, uma vez que aponta conclusões assumidas pelo psicólogo.
- (D) A palavra *étnicos* (linha 03) esclarece que os conflitos são motivados por intolerância entre povos com origens culturais e históricas diferentes.
- (E) A forma verbal *diz* (linha 13) evidencia que a voz do psicólogo é introduzida no texto por meio do discurso direto.

04) Segundo estimativas de pesquisadores, o mundo está bem menos sangrento do que já foi (linhas 06 e 07). Assinale a alternativa que apresenta paráfrase mais adequada da frase acima, considerado o contexto.

- (A) O mundo já não está tão catastrófico, é o que provam os pesquisadores com suas estimativas.
- (B) Os relatórios de pesquisas confirmam a hipótese de que o mundo já foi mais agressivo.
- (C) A redução do número de mortes na sociedade foi de encontro aos cálculos dos estudiosos.
- (D) De conformidade com o que estimam os cientistas, a sociedade em geral já foi mais violenta do que hoje.
- (E) Os cientistas confirmam as estimativas: o mundo já deixou de ser sangrento.

05) Os conflitos étnicos mataram quase 200 chineses só no mês de julho (linhas 03 e 04).

De acordo com a norma padrão, passando-se essa frase para a voz passiva analítica, a forma verbal correspondente será:

- (A) Foram mortos.
- (B) Estavam sendo mortos.
- (C) Eram mortos.
- (D) Matou-se.
- (E) Morreram.

Texto para as questões de 06 a 08

1 As pessoas que falam uma língua estrangeira
 2 sem sotaque são geralmente as que aprenderam o
 3 idioma estrangeiro na infância, juntamente com a
 4 língua materna. Nesses verdadeiros bilíngues, de
 5 alto desempenho, a mesma região do cérebro que
 6 produz a fala é compartilhada pela representação
 7 dos dois idiomas, enquanto nas pessoas que a-
 8 prendem a segunda língua, na vida adulta, duas
 9 regiões vizinhas, separadas, cuidam cada uma de
 10 um idioma. A representação conjunta talvez expli-
 11 que a maior facilidade dos bilíngues verdadeiros em
 12 transitar entre os dois idiomas, já que as mesmas
 13 redes neurais de associação devem ser acionadas
 14 por um idioma e outro.

(Adaptado de Suzana Herculano-Houzel)

06) Depreende-se corretamente do texto que:

- (A) Os *verdadeiros bilíngues* (linha 04), que apresentam fluência e ausência de sotaque, têm representados na mesma região cerebral dois idiomas.
- (B) O sotaque é consequência do aprendizado de duas línguas conjuntamente, uma vez que ambas são representadas na mesma região cerebral.
- (C) São considerados bilíngues falantes que desenvolveram, na aquisição da língua estrangeira, duas regiões cerebrais distintas para a representação linguística.
- (D) Falar línguas estrangeiras sem sotaque é resultado do alto desempenho e da concentração de falantes considerados como bilíngues.
- (E) Aprender a língua materna sem sotaque é resultado do desenvolvimento de redes neurais distintas, associadas ao longo do aprendizado de línguas.

07) Assinale a alternativa correta.

- (A) *enquanto* (linha 07) denota temporalidade e pode ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, por “sempre que”.
- (B) *já que* (linha 12) apresenta o mesmo valor semântico observado na expressão destacada em “Ele sairá cedo, **para que** possa voltar depois”.
- (C) Considerando a correção gramatical, o uso do advérbio *talvez* (linha 10) implica o uso do modo verbal subjuntivo (*explique*).
- (D) Em *As pessoas que falam* (linha 01), o *que* exerce a mesma função e expressa o mesmo valor que em “Eu sei **que** você conhece”.
- (E) É possível alterar, sem prejuízo do sentido original do texto, *entre* (linha 12) por “dentre”, uma vez que as preposições denotam o mesmo sentido.

08) É correto afirmar que no texto há:

- (A) Diferentes níveis de linguagem, evidenciando a presença de variações no uso da língua.

- (B) O predomínio da função apelativa, com o uso de elementos linguísticos que reforçam o apelo ao leitor, revelado pela linguagem acadêmica.
- (C) Linguagem formal na transmissão de informações, intenção preponderante que indicia a função referencial do texto.
- (D) Uma estrutura típica da argumentação que apresenta duas teses conflitantes, sendo que ao final uma delas é privilegiada.
- (E) Predomínio da subjetividade, depreendida principalmente pelo uso de expressões como *geralmente* e *talvez*.

As questões de 09 a 12 referem-se aos textos I e II a seguir.

TEXTO I

CORTE

O dia segue normal. Arruma-se a casa. Limpa-se em volta. Cumprimenta-se os vizinhos. Almoça-se ao meio-dia. Ouve-se rádio à tarde. Lá pelas 5 horas, inicia-se o de sempre.

(MELLO, Maria Amélia. Corte. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 686, ano XIV, 04 nov.1979. Suplemento Literário, p. 92.)

TEXTO II

SOLAR

Minha mãe cozinhava exatamente: arroz, feijão-roxinho, molho de batatinhas.

Mas cantava.

(PRADO, Adélia. *O Coração disparado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. p. 28.)

09) Sobre o texto I, considere as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de uma sequência de fatos dispostos de forma desconexa e sem coerência, conforme o que é destacado no título.
- II. As ações do texto vêm representadas por termos acompanhados de um “se” com valor reflexivo.
- III. A série de ações relatadas pelo texto coincide com o cotidiano doméstico.
- IV. O anonimato típico de uma dona de casa em sua rotina faz-se notório pela ausência de identificação de quem pratica as ações.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

10) Sobre o texto II, considere as afirmativas a seguir.

- I. O verbo “cantar” remete a uma prática que contrasta com o prosaico pouco expressivo do cotidiano.
- II. Os ingredientes enumerados – arroz, feijão-roxinho e molho de batatinhas – representam o descaso da mãe com a família.
- III. O último verso é introduzido por uma conjunção que expressa o sentido de oposição.
- IV. O texto é narrativo porque os atos de cozinhar e cantar são mostrados em uma sequência cronológica.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

11) Com base nos textos I e II, é correto afirmar:

- (A) Em ambos os textos, há referências explícitas a uma figura feminina como agente das ações mencionadas.
- (B) A ênfase em uma ação tipicamente feminina revelasse com mais clareza em “Corte” através da frase “Almoça-se ao meio-dia”.
- (C) Em “Solar”, sobressai a ideia de cumplicidade entre o sujeito lírico e a figura materna, que torna o cotidiano doméstico menos enfadonho.
- (D) As autoras expõem posicionamentos feministas que sugerem ser a subversão a melhor resposta à opressão masculina.
- (E) Em “Solar”, há uma espécie de perturbação do sujeito lírico com a inconstância da ação da figura materna.

12) Com base nos textos I e II, considere as afirmativas a seguir.

- I. Como “Corte” está em forma de prosa, sua caracterização destoa da estrutura comum em poemas.
- II. A ausência de expressão em primeira pessoa inviabiliza a caracterização de “Corte” como texto literário.
- III. O fato de “Solar” possuir apenas três versos constitui prática literária inovadora, sem precedentes entre as manifestações poéticas brasileiras.
- IV. O uso de primeira pessoa em “Solar” auxilia o caráter de subjetividade que se pode atribuir ao poema.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

DUPLA DINÂMICA

No dicionário, a Sociologia está definida como uma ciência que pretende pesquisar e estudar a organização e funcionamento das sociedades humanas e as leis fundamentais que regem as relações sociais. Já a Economia se preocupa em estudar os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários a uma população. Embora o campo de estudos de ambas as disciplinas seja parecido, na prática há um abismo separando as duas áreas. Filhas da mesma mãe, a Filosofia, as duas disciplinas vieram ao mundo praticamente na mesma época. Em razão de algumas diferenças, porém, estão sem dialogar entre si há quase três séculos.

(...)

Em meados dos anos 1970, porém, uma leve brisa dissipou as nuvens que acobertavam esse cenário sombrio entre as áreas. Alguns temas, como a construção social do mercado, o papel das instituições e das redes sociais no funcionamento da vida econômica, revigoraram o debate entre a Sociologia e a Economia. Surgiram os primeiros vislumbres da chamada Nova Sociologia Econômica cujo precursor foi o sociólogo norte-americano Mark Granovetter. Em um de seus estudos mais célebres, o *Getting a Job*, de 1973, Granovetter demonstrou que as pessoas estão ligadas às outras por laços fortes (pais, filhos e amigos) e laços fracos (colegas de trabalho, professores e alunos).

(Sociologia, “ciência & vida”, 2007)

13) Assinale a alternativa correta quanto à acentuação e à grafia de palavras.

- (A) Temas comuns, como a construção social do mercado, permitem entrevêr as possibilidades de uma saudável relação entre Sociologia e Economia, que não pode se paralizar em virtude de algumas diferenças.
- (B) Em um de seus estudos mais célebres, Mark Granovetter vêm demonstrar que as pessoas se ligam às outras por laços fortes e laços fracos. Por isso, é imprevidível que as pessoas consigam entender essas ligações.
- (C) Alguns temas revigoraram o debate entre a Sociologia e a Economia, sendo responsáveis por compôr um novo cenário. O diálogo deve basear-se nos pontos positivos e comuns e não nas excessões.
- (D) A falta de dialogo entre Sociologia e Economia perdeu pôr quase três séculos, mas é um quadro que parece estar mudando, sobretudo em função de fragrantos pontos em comum entre as disciplinas.
- (E) Em meados dos anos 1970, parece que uma leve brisa intervêm na falta de comunicação entre sociólogos e economistas, que não mais hesitam em pôr em discussão assuntos inerentes às duas disciplinas.

14) Considere as seguintes afirmações sobre acentuação gráfica.

- I - A palavra **MAGNÍFICO** recebe acento gráfico pela mesma regra que preceitua o uso do acento em **BÁSICA**
- II - A retirada do acento das palavras **É** e **EXPERIÊNCIAS** provocaria o aparecimento de outras duas palavras da língua portuguesa.
- III - A palavra **PORTUGUÊS** é acentuada pela mesma regra que exige o uso do acento em **SAÍ**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

15) Observe a figura a seguir:



Na fala da mulher, substituindo "é mais barato" por "é preferível" e adequando a frase à norma culta, obtém-se:

- (A) É preferível comprar sapato toda semana a abastecer o carro.
- (B) É preferível comprar sapato toda semana do que abastecer o carro.
- (C) É preferível comprar sapato toda semana que abastecer o carro.
- (D) É preferível comprar sapato toda semana de que abastecer o carro.
- (E) É preferível comprar sapato toda semana ante a abastecer o carro.

MATEMÁTICA E RAC.LÓGICO:

Professores Jean, Pacífico e Simone

16) Os dois primeiros pares de palavras abaixo foram escritos segundo determinado critério. Esse mesmo critério deve ser usado para descobrir qual a palavra que comporia corretamente o terceiro par.

ESTAGNAR – ANTA

PARAPEITO – TIRA

RENOVADO – ?

Assim sendo, a palavra que deverá substituir o ponto de interrogação é:

- (A) AVON
- (B) DONO
- (C) NOVA
- (D) DANO
- (E) ONDA

17) Dadas às proposições simples p e q, tais que p é verdadeira e q é falsa, considere as seguintes proposições compostas:

(1) $p \wedge q$; (2) $\sim p \rightarrow q$; (3) $\sim(p \vee \sim q)$; (4) $\sim(p \leftrightarrow q)$

Quantas dessas proposições compostas são verdadeiras?

- (A) Nenhuma.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas duas.
- (D) Apenas três.
- (E) Quatro.

18) O professor Kléber obteve de um comerciante desconto de 20% no preço da mercadoria. Sabendo-se que o preço de venda, sem desconto, é superior em 20% ao do custo, pode-se afirmar que houve por parte do comerciante um:

- (A) lucro de 5%
- (B) prejuízo de 4%
- (C) prejuízo de 2%
- (D) lucro de 4%
- (E) lucro de 2%

19) Para produzir 600 pães foram gastos 33 kg de farinha de trigo e 1,28 kg de gordura e foram necessários 2 padeiros, que trabalharam 4 horas por dia, durante 7 dias. Quantos dias serão necessários para

produzir 960 pães, utilizando-se 60 kg de farinha e 0,66 kg de gordura, com 3 padeiros trabalhando 7 horas por dia?

- (A) 4 dias
- (B) 2,5 dias
- (C) 6 dias
- (D) 7 dias
- (E) 3 dias

20) Certa sociedade, constituída por 3 sócios (A, B e C), obteve, em determinado período de tempo, um lucro de R\$ 27.000,00. Qual a parte do lucro que coube ao sócio C, se A entrou com 1/3 do capital, B com 2/5 e C com o restante?

- (A) 9.000
- (B) 10.800
- (C) 12.000
- (D) 7.200
- (E) 8.600

NOÇÕES DIR.CONSTITUCIONAL: Professores Laert e Márcia

21) No que tange aos direitos sociais, considere:

- I. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- II. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- III. É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- IV. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pela autoridade pública administrativa competente, não podendo ser inferior à área de um Município.

Está correto o que consta apenas em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

22) Nos termos do que preconizado na constituição federal de 1988, a respeito dos direitos políticos, é falso afirmar que:

- (A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- (B) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos;
- (C) São inelegíveis os inalistáveis;
- (D) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos).
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 70 (setenta) anos.

23) Aos trabalhadores urbanos e rurais a constituição federal de 1988 assegura:

- (A) A proibição de trabalho noturno a menores de vinte e um anos de idade;
- (B) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias;
- (C) Jornada de oito horas, em regra, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;
- (D) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) Salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador nos termos da lei.

24) Os princípios básicos da administração pública, no Brasil, segundo o art 37 da constituição federal são:

- (A) Universalidade, anualidade, moralidade e legalidade;
- (B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- (C) Economicidade, eficiência e eficácia;
- (D) Bem-servir, auto controle, eficiência e economia;
- (E) Legalidade, proporcionalidade e eficiência.

25) Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) No sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;

- (B) A interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para Instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- (C) De acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- (D) A atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- (E) Nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.

26) Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- (A) É competência remanescente dos Estados implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- (B) Em face de emenda constitucional, o subsídio dos Deputados Estaduais têm por limite a remuneração dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) É vedado ao Governador do Estado assumir qualquer cargo ou função na administração pública direta, sob pena de perda do seu mandato eletivo.
- (D) Os subsídios dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- (E) Pertencem aos Estados as ilhas fluviais localizadas em seu território, que não se situem na zona limítrofe com outros países.

NOÇÕES DIR.ADMINISTRATIVO:
Professores Ivo e Laert

27) Princípios administrativos são postulados que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública deve obediência tão-somente aos princípios expressos na Constituição Federal.
- (B) O princípio da motivação implica para a Administração Pública o dever de justificar os seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato.
- (C) O princípio da moralidade pública contrapõe-se ao da impessoalidade, visto que impõe ao administrador público atuação que não seja voltada para seus próprios interesses.
- (D) O princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública e não comporta exceções.

- (E) O princípio da eficiência impõe a todo agente público realizar suas atribuições buscando alcançar os melhores resultados para a Administração Pública, independentemente dos meios usados para tal.

28) A Administração Pública apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, como os contratados, através do poder:

- (A) Hierárquico;
- (B) Disciplinar;
- (C) De polícia;
- (D) De prestar contas;
- (E) De tutela.

29) Aponte, dentre as alternativas abaixo, aquela que contraria o texto da Lei de Licitações.

- (A) A licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- (B) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade.
- (C) A licitação será processada e julgada de acordo com os princípios da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento subjetivo.
- (D) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.
- (E) A licitação é obrigatória apenas para a administração pública indireta.

30) Escolha, dentre as alternativas abaixo, aquela que indica corretamente todas as modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações.

- (A) Concorrência, tomada de preços e convite.
- (B) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e sorteio.
- (C) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso.
- (D) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (E) Concorrência, tomada de preços e leilão.

31) A supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela Administração – e somente por ela –, pelo fato de não mais lhe ser conveniente a subsistência daquele, é identificada como:

- (A) Revogação.

- (B) Extinção.
- (C) Anulação.
- (D) Cassação.
- (E) Expropriação

32) O elemento ou requisito do ato administrativo que exige do agente público atribuição decorrente da lei para a prática daquele tipo de ato É:

- (A) Capacidade;
- (B) Legalidade;
- (C) Impessoalidade;
- (D) Finalidade;
- (E) Competência.

DISCIPLINAS DE PESO 2

NOÇÕES DIREITO DO TRABALHO:
 Professoras Adriana e Regina Célia

33) Com relação às normas de proteção ao trabalho da mulher, inseridas na CLT, assinale a opção correta.

- (A) O trabalho noturno terá salário superior ao diurno, com percentual de acréscimo de, no mínimo, 25%.
- (B) Em caso de prorrogação do horário normal de trabalho, é obrigatória a concessão de descanso de, no mínimo, quinze minutos antes do início do horário extraordinário do trabalho.
- (C) Na admissão ao emprego, é facultado ao empregador exigir atestado ou exame para a comprovação de gravidez.
- (D) Entre duas jornadas de trabalho, deve haver um intervalo de, no mínimo, doze horas consecutivas destinadas ao repouso.
- (E) A gestante tem estabilidade, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

34) Com relação ao contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Constitui motivo para alteração do contrato de trabalho pelo empregador o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar.
- (B) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- (C) A suspensão do empregado por mais de quinze dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

- (D) Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a condenação criminal do empregado proferida pelo juiz de primeiro grau.
- (E) Configura ato de insubordinação o descumprimento de ordem constante em circulares internas da empresa.

35) Considerando o disposto na CLT a respeito do aviso prévio, assinale a opção correta.

- (A) O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.
- (B) Na despedida indireta, é incabível o aviso prévio.
- (C) O aviso prévio é exigido somente do empregado, pois o empregador pode rescindir o contrato livremente, arguindo a subordinação existente na relação de emprego.
- (D) O período de aviso prévio não integra o tempo de serviço para os devidos efeitos legais.
- (E) A ocorrência de justa causa, inclusive a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

36) Raimundo labora sete horas diárias; Afonso labora seis horas diárias; Astrogildo labora permanentemente como digitador seis horas; Florinda labora cinco horas diárias e Joana gasta no percurso entre a sua casa e a empresa uma hora na ida e uma hora na volta, em transporte servido pela empresa em razão desta se localizar em local de difícil acesso, além de efetivamente trabalhar oito horas na empresa. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- (A) Todos possuem direito a um intervalo intrajornada de sessenta minutos, mas apenas Astrogildo faz jus ao pagamento de dez minutos diários a título de hora extra.
- (B) Todos possuem direito a intervalo intrajornada de quinze minutos, além de duas horas extras para Joana.
- (C) Raimundo tem direito a sessenta minutos de intervalo intrajornada, Afonso quinze minutos de intervalo intrajornada, Astrogildo quinze minutos de intervalo intrajornada além de dez minutos a cada noventa laborados, Florinda quinze minutos de intervalo intrajornada e Joana sessenta minutos de intervalo intrajornada mais duas horas extras diárias.
- (D) Raimundo tem direito a sessenta minutos de intervalo intrajornada, Afonso quinze minutos de intervalo intrajornada, Astrogildo quinze minutos de intervalo intrajornada além de dez minutos a cada noventa laborados, Florinda quinze minutos de intervalo intrajornada e Joana sessenta minutos de intervalo intrajornada. Nada sendo devido a título de horas extras.
- (E) Todos possuem direito a intervalo intrajornada de trinta minutos, sendo devido uma hora extra para Joana.

37) De acordo com a CLT, em relação às férias assinale a opção incorreta.

- (A) O adicional noturno será computado no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.
- (B) Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
- (C) Quando o salário for pago por comissão, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos doze meses que precederam à concessão das férias.
- (D) Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a dezesseis dias corridos de férias, quando houver tido dezesseis faltas injustificadas.
- (E) O abono de férias deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período concessivo.

38) Raimunda é garçonete no restaurante do TIO TITO e recebe, além do seu salário mensal, gorjetas fornecidas espontaneamente pelos clientes. Neste caso, as gorjetas:

- (A) Integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para as parcelas de aviso-prévio.
- (B) Não integram a remuneração de Raimunda, uma vez que não são cobradas pelo empregador na nota de serviço, mas fornecidas espontaneamente pelos clientes.
- (C) Integram a remuneração da Raimunda e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.
- (D) Integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para o repouso semanal remunerado.
- (E) Integram a remuneração de Raimunda, mas não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.

39) Sobre as hipóteses de prorrogação e compensação da jornada de trabalho e seus efeitos, assinale a opção correta.

- (A) Mediante acordo individual firmado entre trabalhador e empregador, é lícita a adoção de regime de prorrogação e compensação da jornada, de tal sorte que não seja suplantado o limite semanal máximo previsto em lei.
- (B) O acordo tácito celebrado entre empregado e empregador, destinado a viabilizar a adoção de regime de prorrogação e compensação de jornada, apenas será válido se não for suplantado o limite semanal máximo previsto em lei.

- (C) O limite diário para a dilatação da jornada diária é de duas horas, razão por que eventuais horas excedentes desse limite, embora devam ser pagas, não poderão ser computadas para fins reflexos sobre o FGTS.
- (D) A adoção de regime de prorrogação e compensação de jornada concomitantemente à prestação habitual de horas excedentes é perfeitamente válida, apenas sendo devido o pagamento dessas últimas, não alcançadas pelo acordo celebrado.
- (E) Apenas por acordo e convenção coletivos de trabalho é possível prever regimes de prorrogação e compensação da jornada para as trabalhadoras mulheres.

40) A propósito das regras legais que tratam da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a resposta certa.

- (A) O afastamento do emprego por período superior a seis meses, em razão de licença requerida pelo trabalhador, desobriga o empregador de conceder-lhe as vantagens atribuídas à categoria no período.
- (B) O empregado aposentado por invalidez tem seu contrato interrompido durante o período necessário à efetivação do benefício, desde que possa retornar ao emprego caso recupere a capacidade laborativa.
- (C) A suspensão do labor em razão de férias configura hipótese de interrupção contratual, ainda que não haja a prestação laboral devida pelo empregado no período.
- (D) Há interrupção contratual quando o empregado deixa de prestar serviços em razão de eleição para cargo de direção sindical, não recebendo salários de seu empregador.
- (E) Considera-se suspenso o contrato durante o período necessário à tramitação de inquérito judicial para apuração de falta grave de dirigente sindical, ao final julgado improcedente.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Professoras Adriana e Regina

41) Na audiência inaugural de instrução e julgamento:

- (A) apenas é exigida a presença do reclamado;
- (B) apenas é exigida a presença do reclamante;
- (C) exige-se a presença de ambas as partes, ou de seus procuradores;
- (D) indispensável é a presença de ambas as partes, sob pena de arquivamento da reclamação se ausente o reclamante ou de confissão da matéria de fato, caso não compareça o reclamado, além de revelia.
- (E) n.d.a.

42) Da decisão proferida por Turma do Tribunal Regional do Trabalho, no julgamento de agravo de petição, cabe recurso :

- (A) de embargos, para o plenário ou Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho.
- (B) extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal, em caso de ofensa direta e literal à Constituição.
- (C) de revista, para o Tribunal Superior do Trabalho, em caso de ofensa direta e literal à Constituição.
- (D) de revista, para o Tribunal Superior do Trabalho, em caso de ofensa à Constituição, à lei ou divergência jurisprudencial.
- (E) n.d.a.

43) A União, os Estados ,o Distrito Federal e os Municípios têm, no processo do trabalho, o privilégio de contar com prazo:

- (A) em dobro para a designação de audiência e em quádruplo para a apresentação de recurso.
- (B) quádruplo para a designação de audiência e em dobro para a apresentação de recurso.
- (C) dobro para a designação de audiência e para a apresentação de recurso.
- (D) quádruplo para a designação de audiência e para a apresentação de recurso.
- (E) n.d.a.

44. Identifique as proposições verdadeiras(V) e falsas(F), com relação aos prazos processuais.

- () Não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 05 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- () O prazo para ser prolatada a sentença no sumaríssimo será de 30 dias do adiamento da audiência.
- () Prazos peremptórios são os que terminam independentemente de provocação do interessado, não havendo previsão legal de prorrogação.
- () O início da contagem do prazo dá-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia de vencimento do prazo.
- () Os prazos que vencerem no sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil anterior ao do vencimento.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F, F.
- (B) V, F, F, V, F.
- (C) V, V, V, F, F.
- (D) F, F, V, V, F.
- (E) F, V, V, F, V.

45) Identifique as proposições verdadeiras (V) e falsas (F).

- () O não comparecimento do reclamado e/ou do reclamante na audiência inaugural importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- () As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho, salvo exceção, serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- () Caso Juiz da Vara do Trabalho onde tramita o processo não comparecer até 15 minutos após a hora marcada da audiência, as partes poderão retirar-se, devendo constar do livro de registro das audiências.
- () Após a abertura da audiência inaugural, o Juiz do Trabalho proporá a conciliação entre os litigantes.
- () O Juiz do Trabalho proporá a conciliação entre os litigantes, após o término da instrução processual.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F, V.
- (B) F, F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V, V.
- (D) F, V, V, V, V.
- (E) F, V, V, V, F.

46) Assinale a opção correta no que diz respeito às decisões na justiça do trabalho.

- (A) A sentença deverá conter o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.
- (B) Não há necessidade de menção das custas que devam ser pagas pela parte vencida na sentença, pois o seu valor será apurado na fase de liquidação.
- (C) Erros evidentes de datilografia ou de cálculo existentes na sentença somente poderão ser corrigidos a requerimento da parte e antes de iniciada a execução.
- (D) A União não será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, cabendo sempre a execução de ofício.
- (E) A publicação das decisões e sua notificação as partes ou a seus advogados não se consideram realizadas nas próprias audiências em que forem as mesmas proferidas.

47) Com relação aos atos, termos e prazos processuais na justiça trabalhista, assinale a opção correta.

- (A) Os atos processuais devem ser públicos, salvo quando o interesse social determinar o contrário, e terão de realizar-se nos dias úteis, no horário de expediente forense habitual.

- (B) No processo trabalhista, os prazos são contados com a inclusão do dia em que se iniciam e do dia em que vencem.
- (C) Os documentos juntados aos autos podem ser desentranhados sempre que a parte assim o requerer.
- (D) Presume-se recebida, 48 horas após a sua postagem, a notificação para a prática de ato processual, sendo possível a produção de prova em contrário.
- (E) Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não possam fazê-lo, serão firmados a rogo, na presença de 2 (duas) testemunhas, ainda que haja procurador legalmente constituído.

48) Acerca dos recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Nas execuções, cabe agravo de instrumento, no prazo de oito dias, contra as decisões do juiz ou presidente.
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da CF.
- (C) Contra as decisões definitivas ou terminativas das varas e juízos cabe recurso ordinário para a instância superior, no prazo de oito dias.
- (D) Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá de ser imediatamente distribuído, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de trinta dias.
- (E) Aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria, ainda que esteja correndo prazo comum.

NOÇ.DIR.PROCESSUAL CIVIL:
Professor Geandré e Rita

49) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É possível a realização de atos processuais em segredo de justiça e sigilosos sem ferir o princípio constitucional da publicidade dos atos.
- (B) Se o impedimento do juiz não for reconhecido de ofício, nem alegado pela parte, é vício irrelevante.
- (C) A revelia não produz seu principal efeito quando a contestação apresentada por litisconsorte aproveita ao réu revel.
- (D) A citação pode ser definida como ato pelo qual se chama o réu ou o interessado a fim de se defender.
- (E) O litisconsórcio necessário é aquele em que a pluralidade de partes não pode ser recusada.

50) Quanto aos atos processuais, assinale o que for INCORRETO:

- (A) Os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) Reputam-se válidos todos os atos praticados de modo diverso do determinado, caso sua finalidade essencial seja preenchida.
- (C) Os atos processuais são, em regra, públicos.
- (D) Não há necessidade de correr em segredo o processo referente à conversão da separação em divórcio.
- (E) É obrigatório o uso do vernáculo.

51) Segundo do Código de Processo Civil, pode-se definir SENTENÇA como:

- (A) O ato do juiz que implica na extinção do processo com julgamento de mérito.
- (B) O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo aplicando algumas das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta lei.
- (C) O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.
- (D) O ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos art. 267 e 269 desta lei.
- (E) O ato do juiz que no curso do processo resolve um incidente processual.

52) Quanto aos prazos, à luz das hipóteses apresentadas,

- I - Os prazos chamados de *peremptórios* são, em regra, inalteráveis, quer por convenção das partes, quer por determinação judicial.
- II - Os prazos dilatatórios são fixados pelo juiz, mas podem ser objeto de convenção das partes.
- III - Os prazos impróprios fixados para os serventuários da justiça e para os magistrados, uma vez violados, não importam em consequências processuais.
- IV - De modo geral, a consequência processual pelo desacato ao chamado prazo próprio é a preclusão.

assinale a alternativa correta:

- (A) Todas as hipóteses são verdadeiras.
- (B) Apenas as alternativas I, II, III são verdadeiras.
- (C) As alternativas II e III são falsas.
- (D) Apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as hipóteses são falsas.

53) Diante das afirmações:

- I. Capacidade de ser parte ou para a causa é um conceito com regras predefinidas nas regras processuais.
- II. Capacidade postulatória é aquela referente à pessoa que está em juízo pleiteando para si um bem da vida.
- III. Capacidade e legitimidade são expressões sinônimas, e o que as diferencia é o momento, ou seja, antes ou depois de proposta demanda, respectivamente.

Pode-se dizer que:

- (A) Apenas a I e a II estão corretas.
- (B) Apenas a I e a III estão corretas.
- (C) Apenas a II e a III estão incorretas.
- (D) Todas estão incorretas.
- (E) Todas são corretas

54) Analise as alternativas abaixo e assinale a incorreta:

- (A) A abertura de testamento é um exemplo de jurisdição voluntária.
- (B) O litigante de má-fé será condenado a pagar multa não excedente a 1% sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (C) O advogado tem direito de renunciar ao mandato outorgado por seu constituinte, bastando que informe esse fato ao juiz.
- (D) A competência para ações reais imobiliárias é territorial, mas não pode ser prorrogada nem derogada por vontade das partes.
- (E) Jurisdição significa, em linhas gerais, "dizer o direito", o que corresponde ao papel do Poder Judiciário.

55) Analise:

- I. Partes, causa e pedir e pedido são os elementos identificadores da demanda.
- II. São causas que geram a extinção do processo sem julgamento do mérito: perempção, litispendência e prescrição.
- III. A ausência de contestação leva a invariavelmente a que seja julgada antecipadamente à lide.

Agora assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a I é correta.
- (B) Apenas a II é correta.
- (C) Apenas a III é correta.
- (D) Todas são incorretas.
- (E) Todas são corretas

NOÇÕES ADMINISTR. PÚBLICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS:

Professor Kléber

56) As pessoas alcançadas pela Lei de Improbidade Administrativa são:

- (A) Os agentes públicos, desde que admitidos por meio de concurso público de provas e títulos.
- (B) Apenas aqueles que possuam vínculo funcional com a Administração e os detentores de mandato eletivo.
- (C) O agente público e o terceiro que o induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie direta ou indiretamente.
- (D) Os agentes públicos, desde que ocupantes de cargo ou emprego público, e os particulares com vínculo contratual com a Administração.
- (E) Apenas os agentes políticos.

57) A Administração Pública se sujeita à observância de determinados princípios, esculpidos na Constituição Federal. Em relação a esses princípios, é correto afirmar que:

- (A) Aplicam-se também às entidades integrantes da Administração indireta, exceto àquelas submetidas ao regime jurídico de direito privado.
- (B) O princípio da eficiência passou a sobrepor-se aos demais princípios gerais aplicáveis à Administração, com o advento da Emenda Constitucional no 19/98, que consolidou o modelo de Administração Gerencial.
- (C) O princípio da moralidade é considerado um princípio prevalente e a ele se subordinam o princípio da legalidade e eficiência.
- (D) O princípio da eficiência, ligado ao conceito de Administração Gerencial, aplica-se apenas às empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam no domínio econômico.
- (E) Todas as entidades integrantes da Administração Pública, direta e indireta, independentemente de seu regime jurídico, estão obrigadas a observar o princípio da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência.

58) São funções administrativas baseada na escola neoclássica da administração: planejamento, organização direção e controle. Quanto a estas funções administrativas é correto afirmar que:

- (A) Definir objetivos e desenvolver premissas sobre condições futuras (cenários) são ações correspondentes a função administrativa direção.
- (B) A função direção define padrões de desempenho com o objetivo de monitorar as ações administrativas
- (C) A função organização divide o trabalho e agrupa as atividades administrativa em uma estrutura lógica.

- (D) A função controle se propõe a impulsionar as pessoas dirigindo os esforços para um propósito comum
- (E) Definir padrões específicos de comunicação entre os envolvidos da ação administrativa é uma prerrogativa da função administrativa planejamento.

59) Quanto a mecanismos de gestão adotados pela administração pública com o intuito de atender as novas concepções em busca de cidadania e excelência administrativa podemos afirmar que:

- I - Considera-se projeto o conjunto de ações inter-relacionadas, com prazo de execução, recursos e objetivos claramente definidos, que visa o desenvolvimento de novo produto ou melhoria dos processos de trabalho. E diferencia o projeto estratégico: Parágrafo único. São considerados projetos estratégicos aqueles selecionados pela alta direção e alinhados à missão do Tribunal, que contribuem diretamente para o alcance das metas corporativas. – *Instrução Normativa nº 6, de 8 de julho de 2007 – Manual de Gestão de Projetos do STJ*
- II - A Gestão de Processos auxilia o gestor público a desenvolver mudanças significativas na gerência das demandas de serviços e produtos ou serviços entregues ao usuário e/ou contribuinte, ajustando e adequando rotinas de trabalho na busca de excelência
- III – Que a gestão de contratos deve ser acompanhada por um administrador público e compreende o gerenciamento, fiscalização e execução dos contratos e o recebimento dos objetos contratados.
- IV - A Proposta de estruturação da Gestão da Qualidade baseado no PQSP - Programa de Qualidade no Serviço Público, está alicerçado nos cinco princípios básicos constitucionais da administração pública que são Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência e se propõe a criar perspectivas para que as organizações públicas sejam mais mecanicistas e pragmáticas na execução das atividades administrati-

vas, objetivando a busca de resultados internos a organização.

De acordo com as afirmativas, assinale a resposta correta:

- (A) As afirmativas I e II estão corretas e a III e IV estão incorretas.
- (B) As afirmativas I, II e III estão corretas e a IV está incorreta.
- (C) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) A afirmativa I está correta e a II, III e IV estão incorretas.
- (E) As afirmativas I, II, III e IV estão incorretas.

60) A teoria das três idades é um princípio arquivístico. Podemos afirmar que a teoria das três idades orienta administradores de arquivo e/ou arquivistas a:

- (A) A organizar a documentação de caráter corrente, agrupando os documentos de acordo com características comuns que apresentam no ato de sua criação, com a sua finalidade a que se destina e a estrutura administrativa da instituição.
- (B) A gerar um encadeamento lógico e sistematizado entre os arquivos correntes, intermediários e permanentes.
- (C) Determinar as diferenças fundamentais e estabelecer métodos de controle para os arquivos ostensivos e os arquivos sigilosos.
- (D) Propiciar ao arquivista mecanismos instrumentais para o desenvolvimento do Plano de Classificação que da suporte para o método de arquivamento a ser utilizado.
- (E) Desenvolver mecanismos que possibilitem segurança, precisão, simplicidade, flexibilidade e acesso aos arquivos.

PEGUE O GABARITO COMENTADO, CORRIJA AS QUESTÕES E REFAÇA A PROVA.



GABARITO

SIMULADO TRT 2010

RESPOSTAS COMENTADAS

ATENÇÃO – RECURSOS À PROVA OFICIAL:

Após a aplicação da prova oficial do TRT, acompanhe no site do Curso Sólón eventuais argumentos apresentados pelos nossos professores para você montar seus recursos e, quem sabe, garantir mais alguns pontinhos na prova!

LÍNGUA PORTUGUESA	
01 E	O texto enfoca o tema da diminuição da violência no mundo estabelecendo comparações entre o presente como em: “a paz mundial pode estar a caminho.” e o passado ao enfatizar o século XX.
02 B	De acordo com o período em que os dois pontos aparecem (O psicólogo Steven Pinker diz que o aumento do número de democracias ajudou. Assim como a nossa saúde: como a expectativa de vida subiu, temos mais medo de arriscar o pescoço.), estes dão início a uma justificativa, cabendo, portanto, apenas das opções a conjunção ‘pois’.
03 D	Resposta: alternativa ‘d’ pois a ‘a’ traz erroneamente a ideia de oposição; descartam-se a ‘b’ pois ‘arriscar o pescoço’ é expressão conotativa que aqui expressa informalidade; a ‘c’ pois a palavra até no trecho indica ideia de inclusão e não de temporalidade; a ‘e’ pois a formal verbal ‘diz’ vem acompanhada da conjunção integrante ‘que’ o que indica discurso indireto.
04 D	A conjunção ‘segundo’ que inicia o período destacado do texto é conformativa sendo portanto mais indicado usar a locução conjuntiva ‘de conformidade’.
05 A	Considerando-se o sujeito paciente ‘200 chineses’ e o tempo verbal do pretérito perfeito, só caberia a passiva ‘foram mortos’.
06 A	A alternativa ‘a’ pois contém uma afirmação que está explícita no texto em: “. Nesses verdadeiros bilíngues, de alto desempenho, a mesma região do cérebro que produz a fala é compartilhada pela representação dos dois idiomas, enquanto nas pessoas que aprendem a segunda língua, na vida adulta, duas regiões vizinhas, separadas, cuidam cada uma de um idioma. ”.
07 C	A alternativa ‘c’ é a correta pois descartam-se a ‘a’ pois a conjunção ‘enquanto’ no texto denota oposição; ‘b’ ‘já que’ no texto denota explicação enquanto que ‘para que’ é indicativo de finalidade; ‘d’ em ‘as pessoas que falam’ o ‘que’ é pronome relativo enquanto que na outra oração proposta é conjunção integrante; ‘e’ pois dentre tem significado aproximado de “do meio de”; é utilizado quando a oração necessita dos dois termos (de” e “entre”) que o compõem. Dessa forma, os verbos que exigem a preposição “de” estão habilitados a aceitar o vocábulo apresentado.
08 C	O texto tem caráter informativo não sendo portanto subjetivo, mas referencial. Descarta-se a hipótese de função conativa pois esta é usada para convencimento do leitor, o que não é o caso.
09 C	A afirmativa I utiliza a expressão “desconexa”, termo de caráter pejorativo que não reflete a ideia subentendida; o que falta ao texto não é coerência, mas sim coesão. Na afirmativa seguinte (II), a análise do “se” está incorreta, uma vez que o mesmo não se apresenta com a função de pronome reflexivo, mas sim como partícula apassivadora.
10 B	O termo “descaso” (afirmativa II) não reflete a postura apresentada da mãe. As ações cantar e cozinhar não se apresentam de forma cronológica, pois as marcas temporais são igualadas nas desinências que sinalizam o mesmo tempo (cozin hava e cant ava), ambas estão no pretérito imperfeito do modo indicativo. (afirmativa IV).

11 C	Nesta questão percebe-se que as alternativas apresentam afirmações equivocadas. Em (a) o texto I não faz menção de gênero; em (b) a expressão “almoça-se ao meio dia” não nos remete à feminilidade; em (d) e (e) submissão e inconstância não são comportamentos sugeridos pelo texto.
12 B	Um texto literário não necessariamente deve ser escrito em primeira pessoa (afirmativa II); a estrutura utilizada pela autora em seu poema é uma prática utilizada desde o modernismo (a partir da década de 20).
13 E	a) entrever – não recebe acento e paralizar se escreve – paralisar. b) vêm deve ser escrito sem acento uma vez que está no singular para concordar com seu sujeito que também está no singular; imprescindível se escreve – imprescindível. c) compor não recebe acento e excessões se escreve – exceções. d) dialogo deve ser acentuado por ser um substantivo (diálogo) e a preposição “por” não é acentuada – diferente do verbo pôr.
14 D	Português é acentuado por ser uma oxítone terminada em E seguido de S; saí recebe acento, pois é um hiato sozinho na sílaba.
15 A	O verbo "Preferir" é um verbo Bitransitivo , ou seja, é Transitivo Direto e Indireto , sempre exigindo a preposição a (preferir alguma coisa a outra).

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 D	→ ← ESTAGNAR – ANTA PARAPEITO – TIRA RENOVADO – ?DANO
17 C	(1) $p \wedge q ; (V \wedge F) = F$ (2) $\sim p \rightarrow q ; (\sim V \rightarrow F) = (F \rightarrow F) = V$ (3) $\sim(p \vee \sim q) ; \sim(V \vee \sim F) = \sim(V \vee V) = F$ (4) $\sim(p \leftrightarrow q) = \sim(V \leftrightarrow F) = \sim F = V$
18 B	(PORCENTAGEM): 120% (preço de venda sem o desconto de 20%), pois 20% de 120% é igual a 96% (preço com o desconto), logo 96% - 100% = - 4% (como deu negativo é uma venda com prejuízo)
19 A	(REGRAS DE TRÊS COMPOSTA): Pães 600/960 (direta), farinha 33/60 (direta), gordura 1,28/0,66; padeiros 2/3 (inversa) ; horas por dia 4/7 (inversa) dias 7/x., logo teremos: $\frac{7}{x} = \frac{600.33.1,28.3.7}{960.60.0,66.2.4} \rightarrow x = 4 \text{ dias.}$
20 D	(DIVISÃO PROPORCIONAL): $1/3 + 2/5 = 11/15$, logo $C = 4/15$, portanto $1/3 + 2/5 + 4/15 = (5 + 6 + 4)/15$. Daí teremos, $27.000 : 15 = 1.800$ (razão) $\rightarrow 1.800 \times 4 = R\$ 7.200$

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21 B	I. (certo): Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. (art. 11 da CF) II. (certo): A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. (art. 8º, inc. I da CF) III. (errado): É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. (art. 8º, inc. II da CF – “É vedada...) IV. (errado): É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pela autoridade pública administrativa competente, não podendo ser inferior à área de um Município. (art. 8º, inc. II da CF – “... que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.)
------	--

<p>22 D</p>	<p>a)CERTA: a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; (art. 14, caput, I, II e III da CF)</p> <p>b)CERTA: o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; (art. 14, § 1º, II, 'a' da CF)</p> <p>c)CERTA: são inelegíveis os inalistáveis; (segundo o art. 14, § 3º da CF, é condição de elegibilidade o alistamento eleitoral)</p> <p>d)ERRADA: podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos). (art. 14, § 2º da CF)</p> <p>e)CERTA: o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 70 (setenta) anos. (art. 14, § 1º, II, 'b' da CF)</p>
<p>23 D</p>	<p>a)ERRADA: a proibição de trabalho noturno a menores de vinte e um anos de idade; (a CF no art. 7º, XXXIII, traz que é proibido o trabalho noturno aos menores de 18 anos)</p> <p>b)ERRADA: a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias; (a licença garantida pela CF é de 120 dias – art. 7º, XVIII)</p> <p>c)ERRADA jornada de oito horas, em regra, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; (segundo art. 7º, XIV a jornada de trabalho em turnos ininterruptos e de seis horas)</p> <p>d)CERTA: ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. (art. 7º, XIX da CF)</p> <p>e)ERRADA: salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador nos termos da lei. (é apenas para o trabalhador de baixa renda nos termos da lei – art. 7º, inc. XII da CF)</p>
<p>24 B</p>	<p>a) universalidade, anualidade, moralidade e legalidade;</p> <p>b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; (<i>art. 37, caput da CF</i>) – <i>Lembre-se da palavra LIMPE.</i></p> <p>c) economicidade, eficiência e eficácia;</p> <p>d) bem-servir, autocontrole, eficiência e economia;</p> <p>e) legalidade, proporcionalidade e eficiência.</p>
<p>25 D</p>	<p>O artigo 5º, XVII da Constituição Federal prescreve a plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Contudo, é possível a imediata suspensão das atividades desenvolvidas por uma associação por decisão judicial.</p>
<p>26 E</p>	<p>A alternativa “A” está errada em razão do art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.</p> <p>A alternativa “B” está errada em razão do artigo 37, XI da CF/88 que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;</p> <p>A alternativa “C” está errada em razão do Art. 28 prescrever que o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.</p> <p>A alternativa “D” está errada em razão do artigo 28 prescrever que os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	
<p>27 B</p>	<p>A Administração pública, deve obediência tanto aos princípios constitucionais quanto aos infraconstitucionais, sendo que não existe contraposição entre os princípios, sendo geridos de forma harmônica, pautando-se sempre pelos meios usados, inclusive na restrição de publicidade nos caso determinados pela norma.</p>

<p>28 B</p>	<p>Os Poderes da Administração Pública são:</p> <p>Vinculado: Quando a lei confere à Administração Pública <u>poder para a prática de determinado ato, estipulando todos os requisitos e elementos necessários à sua validade.</u></p> <p>Discrecionário: Quando o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, <u>poder para prática de determinado ato com liberdade de escolha de sua conveniência e oportunidade. Existe uma gradação.</u></p> <p>Normativo: Embora a atividade normativa caiba predominantemente ao Legislativo, nele não se exaure, <u>cabendo ao Executivo expedir regulamentos e outros atos normativos de caráter geral e de efeitos externos.</u> É inerente ao Poder Executivo.</p> <p>Hierárquico: É o meio de que dispõe a Administração Pública para <u>distribuir e escalonar as funções dos órgãos públicos; estabelecer a relação de subordinação entre seus agentes; e ordenar e rever a atuação de seus agentes.</u></p> <p>Poder de Polícia: É a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público. É aplicado aos particulares.</p> <p>Disciplinar: É conferido à Administração para <u>apurar infrações e aplicar penalidades funcionais a seus agentes e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa</u>, como é o caso das que por ela são contratados;</p>
<p>29 C</p>	<p>O artigo 3º da Lei da Licitação (L. 8666/93) estabelece que a licitação deverá ser processada e julgada em estrita conformidade com o PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO.</p>
<p>30 D</p>	<p>Lembre-se de que a Lei de Licitações é a 8.666/93. A modalidade pregão está prevista na lei 10.520/02.</p>
<p>31 A</p>	<p>A administração poderá suprimir a eficácia de um ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade. Neste caso fala-se em revogação do ato e seus efeitos serão "ex nunc" (não retroagem).</p>
<p>32 E</p>	<p>A competência decorre de lei e tem por finalidade verificar que agente público pode realizar determinado ato administrativo.</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO</p>	
<p>33 B</p>	<p>(A) INCORRETA. Em conformidade com o art. 381, § 1.º, da CLT, "para os fins deste artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de vinte por cento no mínimo".</p> <p>(B) CORRETA. De acordo com o art. 384 da CLT: "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de quinze minutos no mínimo, antes do início do horário extraordinário do trabalho." O referido dispositivo está inserido na Seção I do Capítulo III, denominado "Da proteção do trabalho da mulher".</p> <p>(C) INCORRETA. De acordo com o art. 373-A, inciso IV, da CLT, "é vedado: IV – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego".</p> <p>(D) INCORRETA. De acordo com o art. 382 da CLT, "entre duas jornadas de trabalho, haverá um intervalo de onze horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso".</p> <p>(E) INCORRETA. Segundo o art. 10, inciso II, "b" do ADCT, a estabilidade gestante é da data da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.</p>
<p>34 B</p>	<p>(A) INCORRETA. Conforme art. 472, <i>caput</i>, da CLT, "o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador".</p> <p>(B) CORRETA. É o que reza, expressamente, o art. 473, inciso VII, da CLT: "O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos dias em <u>que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior</u>".</p> <p>(C) INCORRETA. De acordo com o art. 474 da CLT, "A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho".</p> <p>(D) INCORRETA. Conforme o art. 482, alínea "d", da CLT, "Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a <u>condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso ainda não tenha havido suspensão da execução da pena</u>".</p> <p>(E) INCORRETA. O descumprimento de ordens destinadas a todos os empregados <u>caracteriza ato de indisciplina</u> e não insubordinação.</p>

35 A	<p>(A) CORRETA. É o que reza o art. 487, § 5.º, da CLT: “O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.”</p> <p>(B) INCORRETA. Conforme o art. 487, § 4.º, da CLT, “É devido o aviso prévio na despedida indireta”.</p> <p>(C) INCORRETA. Conforme o art. 487, § 1.º, da CLT, “a falta de aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço”.</p> <p>(D) INCORRETA. A assertiva contraria o disposto no art. 487, § 6.º, da CLT, segundo o qual “o reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais”.</p> <p>(E) INCORRETA. Só estaria correta a assertiva se constasse ressalva quanto à hipótese de abandono de emprego.</p>
36 C	<p>A assertiva CORRETA é a “d” considerando que: É devido o intervalo de no mínimo sessenta minutos quando a duração da jornada ultrapassar 6 horas diárias e de quinze minutos quando a jornada é superior a 4 horas e não ultrapassa 6 horas diárias. Sendo que nos serviços permanentes de digitação, conforme art. 72 da CLT e Súmula 346, é devido intervalo de 10 minutos a cada 90 minutos laborados. Além do que, o tempo despendido pelo empregado em transporte fornecido pelo empregador em local de difícil acesso é computado na jornada de trabalho, conforme § 2º. do art. 58 da CLT, o que torna devido duas horas extras diárias para Joana.</p>
37 E	<p>(A) CORRETA. O adicional noturno serve de base de cálculo das férias a teor do disposto no art. 142, § 5º. da CLT</p> <p>(B) CORRETA. Literalidade do art. 142, § 2º. da CLT.</p> <p>(C) CORRETA. Trata-se do disposto no art. 142, § 3º. da CLT.</p> <p>(D) CORRETA. Se o trabalhador tiver entre 15 a 23 faltas injustificadas no período aquisitivo, terá direito a 18 dias de férias conforme previsão no art. 130, inciso III, da CLT.</p> <p>(E) INCORRETA. Deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo e não concessivo, conforme art. 143, § 1º. da CLT.</p>
38 E	<p>As gorjetas integram a remuneração e não o salário, de maneira, que não gera reflexos nas verbas citadas.</p>
39 A	<p>Art. 59 da CLT e Súmula 85 do TST.</p>
40 C	<p>Nas férias não há trabalho, mas há salário e computa-se o período do contrato para tempo de serviço.</p>
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA	
41 D	<p>Considerando a audiência UMA, ambas as partes devem comparecer pessoalmente sob pena das consequências mencionadas na respectiva letra.</p>
42 C	<p>É o único recurso possível para levar o processo até o TST pois se este continuar a violar a constituição, contra a decisão do TST caberá recurso extraordinário ao STF. Salienta-se que tendo em vista que o processo já esta na fase de execução, os pressupostos de admissibilidade do recurso de revista são mais restritos, para evitar que o processo demore ainda mais, cabendo RR somente se a decisão violar a CF</p>
43 B	<p>Redação do art. 188 do CPC que aplica subsidiariamente a CLT</p>
44 C	<p>Redação dos dispositivos que tratam de prazos</p>
45 D	<p>Redação dos arts. 813 e segts da CLT</p>

<p>46 A</p>	<p>(A) CORRETA. É o que estabelece o art. 832, <i>caput</i>, da CLT. (B) INCORRETA. O art. 832, § 2.º, da CLT afirma o contrário. (C) INCORRETA. O art. 833 da CLT permite que o juiz, de ofício, proceda à correção desses erros evidentes antes da execução. (D) INCORRETA. “A União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, na forma do art. 20 da Lei n. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, facultada interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos” (CLT, art. 832, § 4.). (E) INCORRETA. O art. 834 da CLT afirma o contrário.</p>
<p>47 D</p>	<p>(A) INCORRETA. O horário da prática dos atos processuais, em regra, é das 6 h às 20 h, conforme estabelece o art. 770 da CLT. (B) INCORRETA. O art. 775 da CLT estabelece que é excluído da contagem dos prazos o dia do começo e incluído dia do vencimento, ao contrário do afirmado na assertiva. (C) INCORRETA. O art. 780 da CLT estabelece que os documentos somente poderão ser desentranhados dos autos findo o processo. (D) CORRETA. A questão há muito tempo pacificada na jurisprudência (Súmula 16 do TST). Não havendo necessidade de intimação pessoal no processo do trabalho, conforme estabelece o art. 774 da CLT, a contagem do prazo inicia-se 48 horas após a postagem. (E) INCORRETA. O art. 772 da CLT estabelece esta hipótese quando não houver procurador legalmente constituído.</p>
<p>48 C</p>	<p>(A) INCORRETA. O agravo de instrumento é cabível contra os despachos que denegarem a interposição de recursos (CLT, art. 897, “b”). Na assertiva, a hipótese é de agravo de petição. (B) INCORRETA. Também cabe recurso de revista em procedimento sumaríssimo por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, conforme o art. 896, § 6.º, da CLT. (C) CORRETA. É o que estabelece o art. 895, I, da CLT, incluído pela Lei n.º 11.925, de 2009. (D) INCORRETA. Segundo o que dispõe o art. 895, § 1.º, II, da CLT, o prazo do relator é de 10 dias. (E) INCORRETA. Somente será possível ter vista dos autos fora da secretaria se não estiver correndo prazo comum, conforme parágrafo único do art. 901 da CLT.</p>

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

<p>49 B</p>	<p>Resposta: SOBRE A ALTERNATIVA A A Constituição Federal em seu art. 93, inciso IX permite a limitação à publicidade dos atos processuais, restrição esta que é estabelecida pelo art. 155 do Código de Processo Civil, que estabelece os casos do chamado <i>segredo de justiça</i>. CF: Art. 93, IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; CPC: Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores. Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.</p>
-------------	---

	<p>SOBRE A ALTERNATIVA B – INCORRETA O impedimento do juiz (art. 135 do CPC) é vício de extrema gravidade, podendo ser reconhecido a qualquer tempo e grau de jurisdição. Ressalta-se que mesmo após o trânsito em julgado de uma sentença proferida por juiz impedido é possível a rescisão desta nos termos do art. 485, II do CPC. Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário: I - de que for parte; II - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha; III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão; IV - quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau; V - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau; VI - quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa. Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;</p> <p>SOBRE A ALTERNATIVA C O principal efeito da revelia é a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial (art. 319 do CPC). Contudo, havendo mais de um réu (litisconsórcio), a contestação apresentada por um litisconsorte aproveita aos demais, afastando o efeito da revelia anteriormente descrito (art. 320, II do CPC). Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Art. 320. A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente: I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;</p> <p>SOBRE A ALTERNATIVA D Reflete o conceito de citação previsto no art. 213 do CPC: “ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender”;</p> <p>SOBRE A ALTERNATIVA E - Litisconsórcio necessário: quando a ação só pode se instaurar quando estabelecido o litisconsórcio por força de lei. Preceitua o art. 47 do CPC: "Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo. Parágrafo único. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo."</p>
<p>50 D</p>	<p>'A': encontra-se correta, pois reproduz exatamente o texto do art. 154 do CPC, que estabelece: “Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencheram a finalidade essencial”.</p> <p>- Alternativa 'B': encontra-se correta também, porque atende especificamente o disposto no art. 154 do CPC. De fato, observa-se que a forma do ato processual lhe é um requisito de segurança, contudo, acima da forma esta a finalidade do ato. Deste modo, ainda que não obedecida à forma, mas atingida sua finalidade o ato será declarado falido.</p> <p>- Alternativa 'C': também se encontra correta, pois em regra os atos processuais são públicos, salvo os casos de segredo de justiça. A diretriz legal para esta afirmação está prevista no art. 155 do CPC, que dispõe: Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.</p> <p>- Alternativa 'D': trata-se da questão de deve ser assinalada, pois está incorreta. Aplica-se mais uma vez o art. 155 do CPC, que estabelece a necessidade do segredo de justiça para processos desta natureza.</p> <p>- Alternativa 'E': esta correta, por o Código de Processo Civil exigir o uso do vernáculo, que trata-se do idioma pátrio.</p>
<p>51 D</p>	<p>Pela nova redação do Art. 162. § 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.</p>

<p>52 A</p>	<p>- Prazos Legais: <i>fixados na própria lei</i> (“Prazos legais são aqueles definidos em lei, e a respeito dos quais nem as partes, nem o juiz, em princípio, têm disponibilidade”).</p> <p>- Prazos Judiciais: os marcados pelo juiz (ex. designação de data para audiência [art. 331 do CPC]). WAMBIER: “Prazos judiciais são aqueles fixados pelo próprio juiz. Essa tarefa só é atribuída ao juiz, pela própria lei, supletivamente, isto é, nos casos em que a própria lei não preveja os prazos”.</p> <p>- Prazos Convencionais: ajustados de comum acordo entre as partes (ex. suspensão do processo – art. 265, II e § 3º do CPC).</p> <p>- Prazos Dilatórios – art. 181 do CPC: admite ampliação ou redução por convenção das partes e, pelo juiz, pode ser ampliado a despeito da previsão legal que o quantifica (Exemplos, art. 265, II [suspensão do processo] e 454, § 3º [questões complexas onde o debate oral é substituído por memoriais] do CPC).</p> <p>- Prazos Peremptórios – art. 182 do CPC: são inalteráveis, que por convenção das partes, que por determinação judicial (Exs. prazos para <i>contestar, oferecer exceções, reconvenção e recorrer</i>).</p>
<p>53 D</p>	<p>Erra o item I porque a capacidade de ser parte é definida pelo direito material (conforme art.3.º e 4.º, CC). Já a capacidade postulatória correspondente á atuação por meio de profissional habilitado tecnicamente(art.36,CPC).Finalmente, capacidade diz a respeito a aptidão para demandar,sendo um pressuposto processual(art. 7.º,CPC),enquanto a legitimidade é a pertinência subjetiva do sujeito e constitui condição da ação (arts. 3.º e 267,VI, CPC).</p>
<p>54 C</p>	<p>Pelo artigo 45 do CPC, exige-se a cientificarão previa ao cliente, ‘a notificação pode ser feita por meio judicial, extrajudicial ou por qualquer meio de ciência inequívoca do cliente. “Só produz efeitos processuais depois que, cumprida, conste dos autos que o cliente ingresse em juízo com novo procurador”. (Código de Processo Civil, Theotônio Negrão, Editora Saraiva, pág.157, nota 1. ao artigo 45).A alternativa ‘A’ está correta nos termos do artigo.1125 do CPC; ‘B’, nos termos do artigo 18; e “D”,nos termos do artigo 95,todos do CPC.</p>
<p>55 A</p>	<p>Doutrina - O item II está incorreto pela descrição (que é matéria de mérito, nos termos do art.269, IV, CPC). Já o item III erra pela expressão “invariavelmente” ao desconsiderar as exceções previas no artigo 320 do CPC (hipóteses nas quais não se opera a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Feito da revelia apto a gerar o julgamento antecipado da lide previsto no artigo. 330. II, do Código).</p>

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

<p>56 C</p>	<p>Não são somente agentes públicos que são alcançados pela lei de Improbidade administrativa, terceiros que se beneficiem direta ou indiretamente de alguma forma também respondem a esta legislação. Não se faz necessário que os terceiros envolvidos tenham qualquer tipo de vínculo seja funcional ou contratual, basta que fique configurado de acordo com a Lei 8429/92 o envolvimento direto ou indireto deste individuo na ação de improbidade.</p> <p>De acordo com a Lei 8429/92 que doutrina aspectos de improbidade administrativa:</p> <p>Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.</p> <p>E ainda....</p> <p>Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:</p> <p>I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;</p> <p>II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;</p> <p>III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;</p>
-------------	---

	<p>IV - negar publicidade aos atos oficiais;</p> <p>V - frustrar a licitude de concurso público;</p> <p>VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;</p> <p>II - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.</p>
57 E	<p>De acordo com a CF e a EC 19/1998, todos os integrantes da Administração Pública, direta e indireta devem observar os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, inclusive as de direito privado que atendam a Administração Pública.</p> <p>Apesar do princípio da eficiência ser o mais moderno e esta alinhada as novas concepções estabelecidas para administração pública ele não se sobrepõe aos demais princípios, simplesmente ele suplementa uma necessidade constitucional para os novos tempos.</p> <p>Os princípios são complementares e não prevalentes e compõem uma unidade constitucional que deve alicerçar os atos e mecanismo de gestão da administração pública.</p>
58 C	<p>De acordo com a teoria neoclássica a função administrativa:</p> <p>Planejamento: Definir objetivos, Verificar onde as coisas estão hoje, Desenvolver premissas sobre condições futuras (cenários); Identificar meios para alcançar os objetivos e; Implementar os planos de ação necessários.</p> <p>Organização: Dividir o trabalho; Agrupar as atividades em uma estrutura lógica; Designar as pessoas para sua execução; Alocar os recursos e; Coordenar os esforços.</p> <p>Direção: Dirigir os esforços para um propósito comum; Comunicar; Liderar; Motivar; Orientar as pessoas e; Impulsionar as pessoas</p> <p>Controle: Definir padrões de desempenho; Monitorar o desempenho; Comparar o desempenho com os padrões estabelecidos; Tomar a ação corretiva para corrigir desvios e assegurar o alcance dos objetivos.</p>
59 B	<p>As afirmativas I, II e III estão corretas e estão de acordo com os conceitos específicos inerentes a cada temática. A afirmativa IV esta incorreta, pois a Proposta de estruturação da Gestão da Qualidade baseado no PQSP - Programa de Qualidade no Serviço Público está de fato, alicerçado nos cinco princípios básicos constitucionais da administração pública que são Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência, entretanto o programa sugere instituições que se desenvolvam num ambiente organizacional fundamentado no pensamento sistêmico, minimizando o mecanicismo. Este programa se propõe a atingir a excelência em que dizem respeito a aspectos administrativos visando entregar ao cidadão e/ou contribuinte serviços de qualidade com eficácia e eficiência e não atender a resultados internos da organização em detrimento do contribuinte.</p>
60 B	<p>A teoria das três idades, sistematizadas pelos norte americanos nos anos 70 do século XX, é um ponto de chegada natural dos estudos arquivísticos que, desde o século XIX, tentavam estabelecer uma ponte entre documentação de gestão e a destinada a ser preservada para fins de pesquisa. Foi desenvolvida a partir do conceito do ciclo de vida dos documentos e se configura como uma estratégia de organização documental que reparte o ciclo de vida documental em três fases ou idades (corrente, intermediária e permanente). A primeira idade corresponde à <i>produção</i> do documento, sua <i>tramitação</i>, a finalização de seu objetivo, conforme o caso, e a sua primeira guarda. O conteúdo desse documento, o chamado <i>valor primário</i>, coincide com as razões de sua criação, é utilizado frequentemente e denomina-se arquivo corrente; Os arquivos intermediários são usados esporadicamente e são retirados dos arquivos correntes com o intuito de facilitar o manuseio; Os arquivos permanentes são administrados um tomo histórico e quando de faz a passagem destes documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente conceitualmente denominamos esta atividade de recolhimento. Os controles que encadeiam lógica e sistematicamente estes três tipos de arquivos estão fundamentados na teoria das três idades.</p>

Saiba mais:

Acompanhe no site www.CursoSolon.com.br